COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ANALISAR A PROPOSTA DE
EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6 DE 2019

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6 DE 2019

EMENDA Nº
(Do Senhor Dep. Josimar Maranhãozinho)

Art. 1º. Suprimam-se:

I - os §§8º, 8º-A e 8º-B do art. 195 da Constituição da República, alterado pelo art. 1º da PEC nº 6 de 2019;

II – o inciso IV do §7º do art. 201 da Constituição da República, alterado pelo art. 1º da PEC nº 6 de 2019;

III – o §3º do art. 22 da PEC nº 6 de 2019;

IV – o parágrafo único do art. 31 da PEC nº 6 de 2019;

V – o art. 35 da PEC nº 6 de 2019

Art. 2º. Modifique-se o art. 24 da PEC nº 6 de 2019, para que passe a constar a seguinte redação:

“Art. 24

I - sessenta e dois anos de idade, se mulher, e sessenta e cinco anos de idade, se homem; ressalvados os trabalhadores rurais, que deverão contar com cinquenta e cinco anos de idade, se mulher, e sessenta anos de idade, se homem, inclusive aqueles a que se refere o § 8º do art. 195 da Constituição; e

II - vinte anos de tempo de contribuição; ressalvados os trabalhadores rurais, que deverão contar com quinze anos de tempo de contribuição.”

JUSTIFICATIVA

O sistema previdenciário brasileiro teve início com a publicação da Lei Eloy Chaves em 1923. Destinada apenas aos segurados da rede ferroviária do país em primeiro momento, sua lógica de modelo de contribuição e benefícios foi replicada aos demais trabalhadores urbanos e rurais.

Ao longo desses quase cem anos de história, o Brasil edificou uma das maiores redes de proteção previdenciária no mundo, abrangendo a totalidade dos municípios e cobrindo vasto número de riscos dos trabalhadores brasileiros e suas famílias.

Durante esse longo período, a Seguridade Social foi responsável reduzir substancialmente a pobreza e melhorar a qualidade de vida de muitos trabalhadores do campo.

A expressiva ocorrência de benefícios previdenciários nas áreas rurais nordestinas, por exemplo, tem contribuído para dinamizar a economia das pequenas e médias cidades, ajudando a fixar o homem no campo e a diminuir o êxodo rural, além de funcionar como uma espécie de seguro agrícola nas entressafras. Em um ambiente marcado pela instabilidade climática, os recursos da previdência contribuem para manter o dinamismo precário da população da região independente do regime de chuvas.

Importante registrar ainda que os recursos transferidos pela Previdência Social, no ano de 2001, eram 2,5 vezes maiores do que as transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em relação aos municípios do semiárido, em um total de R\$ 512,9 milhões em benefícios previdenciários contra R\$ 205,8 milhões do FPM.

Portanto, endurecer as regras de acesso de pagamento do benefício rural poderá significar mais dificuldade financeira para essas pequenas cidades, que já sofrem com os escassos recursos do FPM.

É bem verdade que o veloz processo de envelhecimento da população exige a revisão das regras previdenciárias que escolhemos no passado, mas é preciso que essa reestruturação seja feita com cautela, principalmente em relação aos trabalhadores rurais. Sob essa perspectiva, apresentamos esta emenda à PEC nº 6 de 2019 para que todos os trabalhadores rurais sejam excluídos da reforma da previdência.

O objetivo é garantir uma velhice digna a essa parcela pobre da população, razão pela qual contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação da proposição.

Sala das sessões, em de de 2019.

Dep. Josimar Maranhãozinho (PL/MA).

EMENDA Nº _____ À PEC Nº 06/2019

(Deputado Josimar Maranhãozinho e outros)

Suprimam-se: I - os §§8º, 8º-A e 8º-B do art. 195 da Constituição da República, alterado pelo art. 1º da PEC nº 6 de 2019;

II – o inciso IV do §7º do art. 201 da Constituição da República, alterado pelo art. 1º da PEC nº 6 de 2019;

III – o §3º do art. 22 da PEC nº 6 de 2019;

IV – o parágrafo único do art. 31 da PEC nº 6 de 2019;

V – o art. 35 da PEC nº 6 de 2019

Modifique-se o art. 24 da PEC nº 6 de 2019, para que passe a constar a seguinte redação:

Art. 24

I - sessenta e dois anos de idade, se mulher, e sessenta e cinco anos de idade, se homem; ressalvados os trabalhadores rurais, que deverão contar com cinquenta e cinco anos de idade, se mulher, e sessenta anos de idade, se homem, inclusive aqueles a que se refere o § 8º do art. 195 da Constituição; e

II - vinte anos de tempo de contribuição; ressalvados os trabalhadores rurais, que deverão contar com quinze anos de tempo de contribuição.

NOME	PARTIDO	GABINETE	ASSINATURA